

**FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MÁRCIO DE LIMA LOUZADA**

**GESTÃO FINANCEIRA: A contribuição da bolsa  
família no orçamento de algumas famílias no bairro  
Água Limpa JP em 2019**

**JOÃO PINHEIRO – MG  
2019**

**MÁRCIO DE LIMA LOUZADA**

**GESTÃO FINANCEIRA: A contribuição da bolsa  
família no orçamento de algumas famílias no bairro  
Água Limpa JP em 2019**

Artigo científico apresentado ao Curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professor (a): Prof. Unilson Gomes Soares

**JOÃO PINHEIRO  
2019**

# MÁRCIO DE LIMA LOUZADA

Artigo científico apresentado ao Curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

---

Marcio de Lima Louzada

Aprovado em: João Pinheiro MG \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Unilson Gomes Soares  
(Orientador Faculdade Cidade De João Pinheiro). (FCJP)

---

Giselda Shirley

---

Vasti Mendes Silva Rocha

## **GESTÃO FINANCEIRA: A contribuição da bolsa família no orçamento de algumas famílias no bairro Água Limpa JP em 2019**

**<sup>1</sup>Márcio de Lima Louzada**

**<sup>2</sup>Unilson Gomes Soares**

### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é analisar se as famílias residentes no Bairro Água Limpa do município de João Pinheiro, no ano de 2019, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sabem realizar uma gestão financeira com os valores auferidos do benefício. Para realizar a pesquisa, primeiramente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, onde se expôs os principais conceitos do tema. Depois, realizou-se uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, através de um questionário semiestruturado, dirigido aos representantes das famílias usuárias do PBF. Ao final, concluiu-se que as famílias não sabem o significado de orçamento familiar, mas o realizam de forma simples, através de caderno de anotações. O dinheiro recebido é destinado para pagar despesas básicas, alimentação e estudo para os filhos. Mesmo que as famílias não consigam usar o dinheiro para planejar o futuro, elas conseguem viver com mais qualidade e dignidade.

**Palavras-chave:** Gestão. Orçamento familiar. Bolsa Familiar.

### **ABSTRACT**

The objective of the present study is to analyze if the families living in Bairro Água Limpa of João Pinheiro municipality, in the year of 2019, who are beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF), manage financial management with the benefits received. In order to carry out the research, the bibliographic research was first used, where the main concepts of the theme were presented. Then, a field survey, of the exploratory type, was carried out through a semi-structured questionnaire, addressed to the representatives of the families using the PBF. At the end, it was concluded that families do not know the meaning of family budget, but they do it in a simple way, through notebook. The money received is earmarked to pay basic expenses, food and study for the children. Even if families can not use money to plan for the future, they can live with more quality and dignity.

**Keywords:** Management. Family budget. Family bag.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP)  
*E-mail:* marciolimalouzada@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Administração pela Universidade de Santo Amaro (UNISA); Especialista em Gestão Estratégica de RH pela UNISA; Mestre em Gestão Democrática pela Universidade Del Salvador.  
*E-mail:* unilsingomessoares@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui como tema “Bolsa Família” e visa investigar como as famílias de baixa renda do Bairro Água Limpa de João Pinheiro gerenciam os valores recebidos pelo governo.

O Bairro Água Limpa está localizado na cidade de João Pinheiro, Noroeste de Minas, sendo um bairro da periferia, onde se encontram muitas famílias de baixa renda, sendo estas o foco da pesquisa.

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2019, com o objetivo precípua de compreender como as famílias vivem com tão pouco e como fazer para ajustar o orçamento e sanar as múltiplas necessidades do cotidiano.

Com efeito, o Brasil experimente uma crise política e econômica e diante desse cenário é crucial saber realizar um orçamento familiar, a fim de averiguar o quanto se ganha e o quanto se gasta e o que é preciso fazer para realizar os projetos.

O orçamento familiar é um instrumento relevante para a economia das famílias, pois proporciona um controle apurado sobre a renda auferida pela família, além de facilitar o planejamento do futuro. Inicialmente, para se arquitetar um orçamento familiar, é preciso reduzir a termo todos os rendimentos e gastos. Para tanto, é necessário descrever minuciosamente o quanto se ganha e o quanto se gasta.

Para a execução do orçamento familiar não importa o quanto ganha, e sim como se gasta, logo é necessário saber aplicar as economias. Para que seja um orçamento exitoso, é necessário contar com a participação de todos os integrantes da família. Caso contrário, essa tarefa torna-se praticamente impossível.

É necessário relatar todas as entradas e saídas, bem como o quanto cada integrante da família recebe e o quanto gastam (obviamente, os recebimentos devem ser superiores que os gastos). Deve-se anotar tudo que se compra ou se gasta, para obtenção do controle dos gastos.

Macedo Jr (2007, p. 87) explica com maestria sobre planejamento e orçamento familiar:

Necessitamos de um planejamento para garantir uma boa organização no orçamento familiar, para isso o correto é conhecer suas despesas e receitas mensais. Normalmente as pessoas não conhecem esses termos, principalmente as despesas, que devem ser separadas em despesas fixas e variáveis. Despesas fixas são os gastos com aluguel, água, energia elétrica, IPTU, por exemplo; despesas variáveis podem

ser consideradas gastos com lazer, viagens, dentista, e até mesmo um lanche no final de semana. Esse levantamento precisa ser feito durante alguns meses para que seu resultado seja exato (MACEDO JR, 2007, p. 87).

Para que não se atropеле os ganhos com os gastos, necessário se faz desenvolver um orçamento familiar, com o fim de obter controle das despesas mensais. Com o saldo remanescente, aí então é possível realizar atividades de lazer, mas sempre se atentando com o orçamento, para não ficar em débito ao final do mês.

Em 2003, muitas famílias carentes conseguiram integrar no orçamento, valores a mais, por conta do Programa Bolsa Família, de sorte a garantir uma vida digna a seus filhos (PIRES, 2012).

Sobre a natureza e finalidade do Programa Bolsa Família, vale trazer o seguinte trecho de lei emanado do Ministério da Justiça:

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória no 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal. Constitui-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL, 2006, p. 12).

Deste modo, atendendo a determinados requisitos, muitas famílias puderam contar com o benefício oferecido pelo governo, que demonstrou ser um recurso apto a diminuir a situação de vulnerabilidade das famílias carentes, com o fim de assegurar melhores condições de vida e garantia de direitos fundamentais.

Trata-se o Bolsa Família de um programa de transferência direta de renda, com o fim precípua de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil sem Miséria, que tem como foco famílias brasileiras com renda familiar *per capita* inferior a 77 reais mensais (MENEZES, et al., 2008).

O tema apresenta especial interesse pessoal, porque este pesquisador conhece a realidade dos habitantes do Bairro Água Limpa, por isso surgiu o interesse

em pesquisar como os usuários do programa têm percebido a oferta do benefício, bem como se sabem gerenciar os valores recebidos, para melhorar a qualidade de vida.

O tema também se reveste de especial interesse social, porque buscou demonstrar a necessidade de se realizar um orçamento familiar, para que os usuários do PBF tenham controle de seus gastos.

Sobre a relevância acadêmica, o estudo possui fundamental importância, pois uma pesquisa acurada contribui para que os usuários do PBF repensem sobre o orçamento doméstico e como esses valores podem fazer expressiva diferença, se aplicado de forma sistemática e planejada.

Diante disso, suscitou-se os seguintes questionamentos:

As famílias do Bairro Água Limpa beneficiadas com o Programa Bolsa Família sabem gerenciar os valores recebidos, para o fim de melhorar suas qualidades de vida? Os usuários do Programa Bolsa Família sabem realizar um orçamento familiar, integrando os valores auferidos, para não haver endividamento e gastos desnecessários? Um orçamento familiar pode trazer vantagens e ajudar na administração dos valores recebidos para melhorar a qualidade de vida dos usuários?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como foi realizada a gestão financeira e a contribuição do Programa Bolsa Família no orçamento de algumas famílias no Bairro Água Limpa em Joao Pinheiro em 2018.

Feito isso, passou-se aos objetivos específicos, que foram: realizar um levantamento teórico sobre o Programa Bolsa Família e sobre gestão financeira no âmbito familiar. Averiguar se as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família sabem realizar um orçamento familiar. Demonstrar as vantagens de se aplicar o orçamento familiar aos usuários do Programa Bolsa Família, expondo como esse acréscimo na renda pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, se administrado adequadamente.

Considerando a problemática exposta, hipóteses aventadas foram que seria provável que os usuários do Programa Bolsa Família do Bairro Água Limpa de João Pinheiro não sabiam realizar um orçamento familiar, a fim de gerenciar os valores.

Aventou-se que através desta pesquisa fosse possível analisar como as famílias administram seus ganhos e gastos, o que em sua grande maioria é feito de forma errônea. Estimou-se que ao demonstrar as vantagens de se realizar um orçamento familiar, integrando os valores auferidos com o benefício, fosse possível ajudar essas famílias a obter uma melhor qualidade de vida.

## 2 METODOLOGIA

Versa o presente estudo sobre a investigação da necessidade em desenvolver um orçamento familiar, com foco nos beneficiários do Programa Bolsa Família do Bairro Água Limpa, cidade de João Pinheiro. Esta investigação desdobrou-se numa pesquisa qualitativa, do tipo exploratória.

Como exploratória, pois consoante segundo Gil (2002), tais pesquisas são realizadas principalmente quando o tema é pouco explorado e complicado de se formular hipóteses precisas.

De acordo com o magistério de Richardson (2000) uma pesquisa pode ser classificada como qualitativa quando é preciso obter dados estatísticos para apurar determinadas informações. Ela se distingue da pesquisa quantitativa por mede e ordena suas categorias, em razão da flexibilidade para desenvolver determinado estudo. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador deve permanecer cauteloso caso haja a superveniência de novas informações.

Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo é realizada depois do levantamento teórico, para que se apreenda um bom conhecimento sobre o tema (YIN, 2001). É nessa fase que o pesquisador vai delinear os objetivos do estudo, as hipóteses, traçar qual o procedimento de coleta de dados a ser adotado, mensuração da amostra e como os dados deverão ser estudados e tabulados (VERGARA, 2010)

A pesquisa bibliográfica foi realizada visando à maior compreensão das diferentes interfaces do assunto em questão, através de material acessível ao público em geral bem, tais como livros, artigos científicos e teses que tratam do tema (FACHIN, 2003).

O público-alvo desta pesquisa foram representantes de famílias usuárias do PBF, escolhidas pelo critério de localização geográfica e a aceitação do corpo diretivo para participar desta pesquisa.

Foram realizadas as visitas, com o fim de identificar a forma como as famílias estão direcionando sua renda e seus percentuais nas despesas domésticas e, se realizam algum tipo de controle e investimento.

O questionário semiestruturado foi direcionado aos representantes das famílias, tendo-se encontrado elementos comuns, tais como: perfil dos pesquisados



(onde constaram dados como: Idade, gênero, renda, estado civil, quantidade de pessoas no grupo familiar); Despesas: Habitação, Transporte, Seguros, Alimentação, Animais de Estimação e gastos com os mesmos, Saúde e Cuidados Pessoais, Lazer, Financiamentos, Poupança e Investimentos.

O questionário semiestruturado contém 10 questões fechadas direcionadas às famílias de beneficiários do PBF. A análise dos dados foi realizada por meio do Microsoft Excel 2010, através de tabulação, análise de dados e, posteriores gráficos.

Assim nos mostra Martins e Theóphilo (2009, p. 89): “os levantamentos são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais.”.

Com a resposta do questionário, foi possível entender melhor o objetivo do pesquisador, que é ao público que o assunto em questão é de suma importância e pode ser colocado em prática, com o devido planejamento.

### **3 A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO FAMILIAR**

#### **3.1 Definindo o tema**

O planejamento financeiro constitui condição fundamental para alcançar o êxito pessoal. A gestão financeira está intrinsecamente ligada à Educação Financeira e ao gerenciamento do orçamento doméstico. Ademais, o planejamento financeiro implica em uma gama de ações e posturas que as pessoas adotam para direcionarem uma estratégia, com a finalidade de atingir um objetivo de curto, médio e longo prazo (BITTENCOURT; NEVES, 2012).

Em outros termos, Macedo Junior (2007) aduz que o planejamento financeiro é o processo pelo qual o indivíduo administra seu dinheiro, visando satisfazer um desejo pessoal. Planejando uma renda, é possível controlar a situação financeira, com o fim de obter a satisfação de necessidades e objetivos no decorrer da vida.

Esse planejamento inclui: racionalização de gastos e maximização de investimentos. Ao infenso, Pires (2012) destaca que o planejamento financeiro torna solene e mais sério o processo pelo qual os objetivos financeiros serão alcançados.

Em termos práticos, ter um plano financeiro, trata-se de uma declaração pessoal que compreende o que pessoa deve traçar no futuro.

Consoante Monteiro, Ferreira e Teixeira (2009), planejar as finanças de uma pessoa ou família é um trabalho relativamente simples, mas exige dedicação e sistematização. O orçamento tem-se mostrado um bom aliado no planejamento, revelando-se uma ferramenta eficaz que mostra de antemão como as despesas e receitas devem ocorrer, durante um determinado período. Logo, é preciso realizar um orçamento familiar, com fim de viver dentro das possibilidades financeiras.

É recomendado que as famílias realizem um plano de controle financeiro. Caso oposto, os gastos podem suplantar os ganhos, fazendo as famílias buscarem financiamento, com alto endividamento, e conseqüente, inadimplência (CARNEIRO, 2014).

Nessa linha de pensamento, a ferramenta que as famílias devem eleger, inicialmente, para estabelecer um planejamento família de forma solidária e cooperada deve ser reunião dos membros da família, com a discussão clara do tema.

Deste modo, é preciso realizar conversas claras e pontuais com os membros da família, com o fim de reduzir os gastos. Ilustre-se como exemplo: um dos filhos pode ficar encarregado de apagar as luzes da casa, que porventura, estejam acesas de forma desnecessária (MONTEIRO; FERREIRA; TEIXEIRA, 2009).

Considerando isso, Macedo Junior (2007) assinala que cada integrante da família, com seu pensamento, força e atitudes, é capaz de gerar uma força positiva diferente. Acresça-se que em uma família, as pessoas podem escolher entre unir forças ou usá-las de forma isolada e autônoma. Nesse paradigma, se cada um atuar a seu favor, tem-se um vetor, que é uma força em determinado sentido.

Para que o planejamento financeiro seja exitoso, é preciso que todos estejam alinhados no sentido planejado. Caso contrário, o plano deve ser repensado. Benício (2000), defende, a seu turno, que em uma família, muito embora os pais sejam os administradores, a participação dos filhos é crucial, principalmente no que toca as despesas. Diferente disso, eles não se sentirão no dever de participar do processo de controle.

## 4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Através da Medida Provisória sob o n. 132 datada de 20 de outubro de 2003, instituiu-se o Programa Bolsa Família (PBF), que depois foi transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (ARRUDA, 2017; BRASIL, 2004).

O PBF surgiu com a finalidade principal de combater a pobreza e a desigualdade no Brasil. O PBF foi alicerçado ideologicamente por três eixos fundamentais: transferência de renda para alívio imediato da pobreza; o acesso a direitos por meio das condicionalidades que oferecem aos beneficiários condições para quebrar o ciclo de pobreza e gerar oportunidades de inclusão social e, por fim, a articulação com outras ações, contribuindo para integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias (SANTOS; SILVA, 2014).

Preceitua o artigo 4º da mencionada lei (BRASIL, 2004):

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação a seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

- I – Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social;
- II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III – Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV – Combater a pobreza e,
- V – Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004)

Tavares et al. (2009) esclarecem que para assegurar a efetividade do PBF, é necessário que o gerenciamento seja compartilhado com os entes federados. Deste modo, é competência do governo federal, delinear o: “desenho do Programa bem como a sua normatização e ainda, o repasse dos recursos gastos com a política”.

Entretanto, os municípios atuam como os principais administradores do programa, face a relação mais estreita que tem com as famílias. Impende ressaltar, que no Brasil, o PBF é considerado o instituto de maior amplitude nacional, no que toca à distribuição de renda do governo nacional (SANTOS; SILVA, 2014).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), dão conta que o programa alcança cerca de 13,9 milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Estima-se que em 2003, cerca de 12% dos brasileiros

encontravam-se em situação de pobreza extrema. Já em 2008 houve mudança positiva nesse paradigma, diminuindo para 4,8% em razão do PBF. Pesquisas do IPEA corroboram as estimativas acima, e direcional para o crescimento de 14% na renda per capita domiciliar, entre os 10% mais pobres no período de 2011 a 2012 (ARRUDA, 2017).

Entretanto, faz-se necessário compreender os programas de transferência social enquanto política social, pautada na proteção social, como o começo de um trajeto que levaria os beneficiários a buscar independência. Para fazer jus ao PBF, as famílias devem atender a certos requisitos, como comprovar renda per capita que não ultrapasse valor regulado em lei, o que independe da autonomia e empoderamento. Isso quer dizer que o PBF objetivou ações transformadoras, bem como a preocupação com as condições que se relacionam com a inclusão social (TAVARES et al., 2019).

Freire et al. (2013) assevera que o instituto do Bolsa Família deixa as famílias menos pobres no presente, já que os requisitos para continuar beneficiário incentivam os usuários a investir, o que gera a diminuição de pobreza no futuro. Considere-se, outrossim, que existem muitas controvérsias sobre as condicionalidades, o que gera celeumas. Nas diretrizes do programa, a condicionalidade figura como um instrumento de garantia de acesso aos direitos sociais básicos, como saúde e educação, a fim de destruir uma cadeia de pobreza.

Para Rocha (2011), as condicionalidades atuam como estruturas de articulação que objetivam assegurar a efetividade de benefícios ofertados, para assim proporcionar a inclusão. No entanto, é importante frisar que a inclusão somente se efetivará, diante de um emaranhado complexo de fatores, que devem se associar e harmonizar. Isso porque, a pobreza advém de múltiplas causas, como: psicossocial, cultural, econômico e geográfico. Deste modo, os programas sociais devem manter um diálogo com as famílias, através de um sistema organizado, ativo e de qualidade. Infelizmente, o que se constata atualmente é uma carência dessa articulação.

Insta esclarecer sobre a responsabilidade do Estado em ofertar serviços sociais básicos com qualidade para a população. E se existe essa efetividade, todos teriam acesso, sem a necessidade de compulsoriedade. O adequado seriam ações e políticas de natureza preventiva e educativa, com orientações e acompanhamento familiar para que usufríssem dos direitos disponíveis, sem a necessidade imposição (FREIRE, et al., 2013).

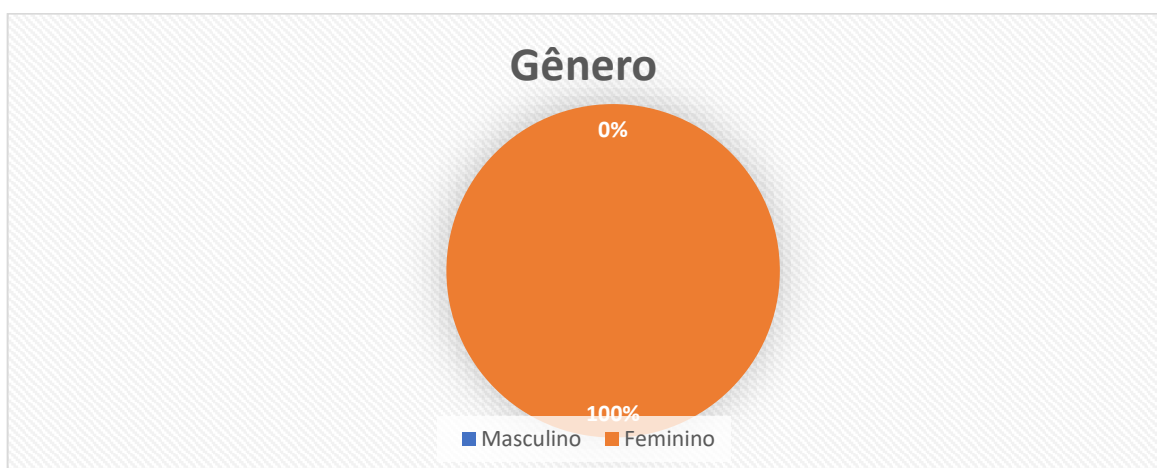
Destaque-se que a inclusão de famílias em programas sociais como o PBF está adstrita a critérios, que são analisados no Cadastro Único. O Cadastro Único é um mecanismo capaz de apontar famílias de baixa renda, ao considerar a renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos (ROCHA, 2011).

As famílias que preenchem esses requisitos propostos no Cadastro Único podem ser beneficiárias do Programa Bolsa Família devendo apresentar dados da família, das peculiaridades do domicílio, bem como as formas de acesso a serviços públicos básicos. O cadastro dá acesso a aproximadamente 19 programas sociais do Governo Federal, como o Programa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso, Aposentadoria para pessoas de baixa renda, isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, carta social, programa de erradicação do trabalho infantil, entre outros (SANTOS; SILVA, 2014).

## 5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Inicialmente, este pesquisador agendou uma visita aos respondentes. Depois, foi apresentado o tema, com as devidas cautelas de sigilo e anonimato. Ultrapassados os procedimentos iniciais, o questionário foi aplicado.

Gráfico 1 – Gênero



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

De acordo com o Gráfico 1, todos os entrevistados são do gênero feminino, o que demonstra que a grande maioria dos representantes de famílias que recebem bolsa família são mulheres.

No Cadastro Único, os dados coletados são fornecidos pelos representantes das entidades familiares, sendo necessário ter pelo menos de 16 anos de idade e ser preferencialmente do sexo feminino (Decreto sob o n. 6/135/2007). Esse representante da família é também titular preferencial do PBF, conforme regulamenta a Lei 10.836/2004 (BRASIL, 2017).

Na seara administrativa, a opção pela titularidade feminina segue a disposição legal, já constante nos programas de transferência de renda condicionada, prévios ao PBF, e por ele unificados em 2003. Já de um ponto de vista conceitual, essa opção corrobora a visão já existente nesses programas, e amparadas em análises empíricas sobre gastos domésticos, de que a transferência de valores econômicas feitas diretamente à mulher, ratifica sua utilização em benefício da família (BIROLI, 2013).

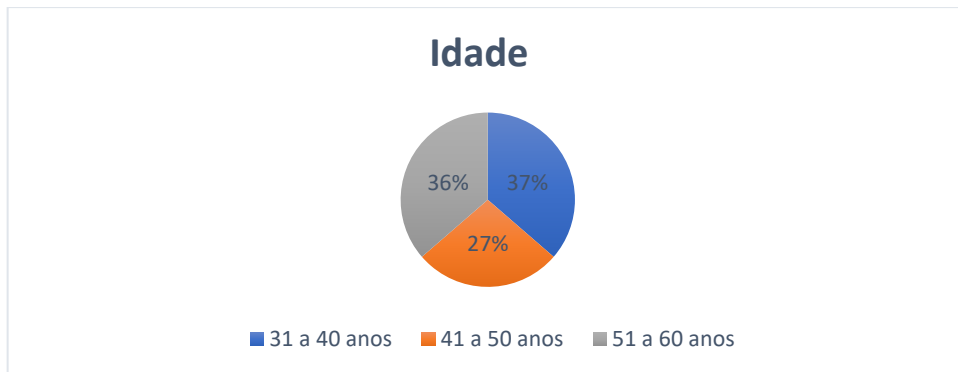
Atualmente, 92% das famílias usuárias do PBF possuem mulheres como titulares. De fato, não constitui um dos objetivos do PBF desenvolver a igualdade de gênero. Entretanto, é significativo ao interesse sobre quais seriam as implicações da titularidade feminina do bolsa família nessa dimensão analítica. Isto porque, as relações de gênero constituem um tema transversal para políticas sociais e públicas, pois mesmo não tendo essa finalidade, podem ou não influenciar no sentido de sua igualdade (CARLOTO, 2012). Sobre o tema existem posições divergentes:

De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina (BRASIL, 2017, online).

Portanto, embora seja controverso o tema, é fato que a titularidade de saque do recebimento do Bolsa Família é preponderante entre as mulheres.

Pinheiro et al. 2008 realizaram uma pesquisa e deram conta de que no ano de 1993, no Brasil, 22,3% das famílias eram chefiadas por mulheres. No ano de 2007 esse percentual aumentou para 33,7%.

Gráfico 2 – Idade dos respondentes



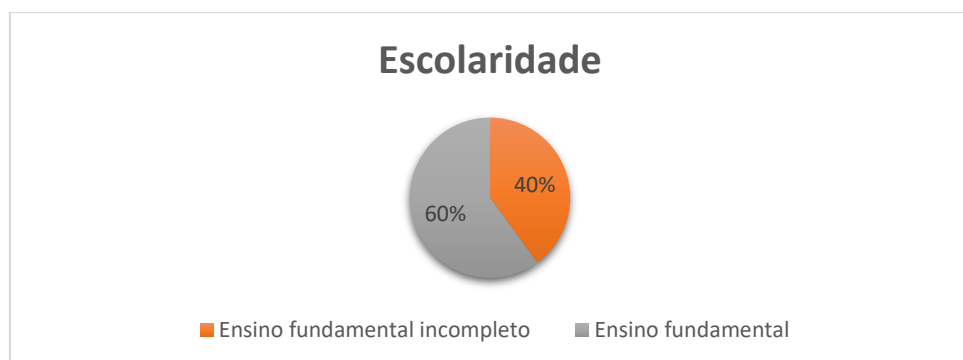
Fonte: Dados de pesquisa (2019)

A seu turno, o Gráfico 2 demonstra que 37% dos respondentes possuem faixa etária entre 31 a 40 anos, 36% possuem 51 a 60 anos e 27% possuem 41 a 50 anos.

Cabral et al. (2013) realizaram uma pesquisa quantitativa entre os usuários do PBF na cidade de Maceió e concluíram que entre os adultos estudados, a média de idade era de 34,3 anos, sendo 38,7% do sexo masculino e 61,3% feminino.

Campara e Vieira (2016) realizaram uma pesquisa no Rio Grande do Sul, no ano de 2014, e constataram no que se refere à idade dos representantes das famílias usuárias do PBF, que é bastante heterogênea. Dos respondentes, 27% possuem até 29 anos; 23,9% possuem de 30 a 36 anos; 25,2% possuem de 37 a 45 anos e 23,4%, mais de 45 anos.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

O Gráfico 3 evidencia que 60% dos respondentes possuem ensino fundamental incompleto e 40% concluíram apenas o ensino fundamental. Note-se que a baixa escolaridade é uma realidade entre os representantes de famílias do PBF.

Uma pesquisa realizada por Rios et al. (2011) publicada na Revista Brasileira de Economia Doméstica, na cidade de Bambuí/MG deu conta de que 55,63% das beneficiárias e de seus companheiros não conseguiram concluir os níveis educacionais e cursos de formação educacional.

O estudo também concluiu que 11,25% beneficiárias e 11,70% dos seus cônjuges apresentaram situação de analfabetismo. Em suas investigações os pesquisadores, observaram que essas situações resultam da necessidade de trabalhar precocemente, desde a infância, buscando a sobrevivência. Por outro lado, em razão do cumprimento da condicionalidade, todas as crianças frequentavam a escola (RIOS et al. (2011).

Outro estudo realizado por Camargo et al. (2013) em residentes no Nordeste, deu conta que mais de dois terços dos beneficiários (69%) não possuem sequer o ensino fundamental completo. Os autores afirmaram que:

A identificação de vulnerabilidades em diversas dimensões das condições de vida das famílias beneficiárias do PBF se, por um lado, reafirma a boa focalização do Programa e o papel do Cadastro Único como ferramenta de identificação das famílias de baixa renda, revela, por outro, desafios a serem enfrentados para a superação da pobreza (CAMARGO, et al. 2013, p.2).

Como bem observado pelos autores, é preciso compreender a realidade socioeconômica dos brasileiros para então explicar que questões raciais e de gênero estão associadas à escolaridade e ao acesso de serviços de infraestrutura doméstica.

Gráfico 4 – Renda familiar dos respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2019)



O Gráfico 5 evidencia que 100% dos respondentes afirmam que a renda familiar não suplanta 1 salário mínimo.

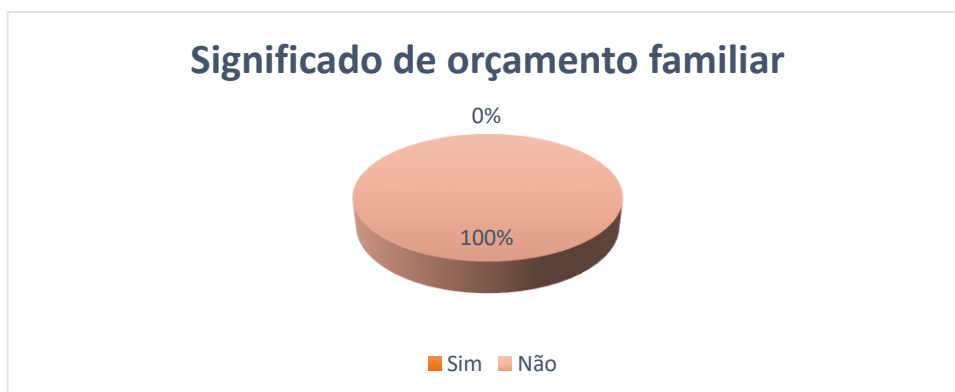
Uma pesquisa realizada por Magalhães et al. (2013) e publicado na Revista Saúde e Sociedade, realizada no município de Paula Cândida/MG em 2007, com famílias usuárias do PBF constatou que:

Quanto à situação de trabalho, verificou-se que entre os beneficiários e não beneficiários entrevistados, respectivamente, 62,5% e 50,0% trabalhavam; e mais de 80,0% não tinham carteira assinada e trabalhavam principalmente no setor agrícola e de serviços. Apenas uma família - não beneficiária - relatou possuir renda *per capita* maior que meio salário mínimo (190 reais, conforme salário mínimo vigente à época do estudo), não sendo observada diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos nem entre zonas rural e urbana (MAGALHÃES, 2013, p. 62).

Ao final da pesquisa, os autores concluíram que os usuários do PBF encontram incontáveis dificuldades que os impedem de se inserir na sociedade e emancipar-se socialmente. Dentre os motivos estão a baixa escolaridade e qualificação profissional, sendo certo que a maioria exerce atividade agrícola, informal ou subempregos. A somar esses fatores, essas pessoas ainda não possuem uma boa moradia, faltando serviços essenciais de abastecimento e tratamento de água, de esgoto sanitário e coleta de lixo (MAGALHÃES, et al. 2013).

Segundo Cotta (2007), o PBF atua para as famílias beneficiadas como o único meio de realização de suas metas. Para outros, o benefício traduz a única fonte de renda segunda, pois sempre estão a mercê da informalidade da situação de trabalho, remuneração pífia, o que fortalece a insegurança e vulnerabilidade.

Gráfico 5 – Significado de orçamento familiar para os respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

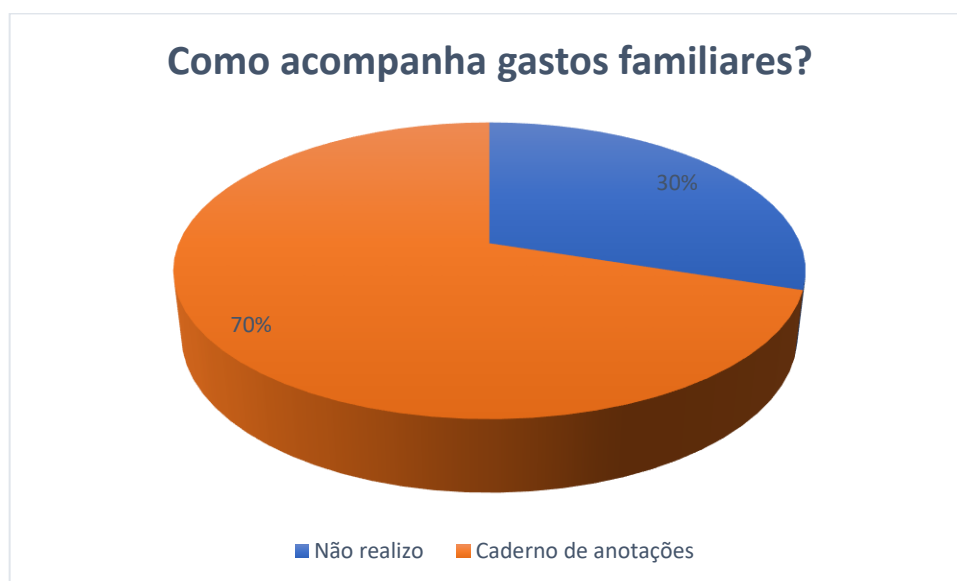
De acordo com o Gráfico 5, ao serem questionados se sabem o significado de orçamento familiar, os respondentes foram unânimes em afirmar que não.

Conforme Lima et al. (2013) esse programa beneficia cerca de 47 milhões de brasileiros e pode representar até 21% do orçamento familiar.

A corroborar esse entendimento, um estudo realizado por Pires (2012) realizado com usuários do PBF de Campinas/SP, no período de novembro de 2008 a junho de 2009, evidenciou que os usuários utilizam o dinheiro do benefício PBF com muito decoro. O autor afirmou que os valores do benefício são usados com moralidade, pois os usuários fixam como corretos ou errados os destinos do dinheiro, o que geralmente não ocorre com outros benefícios estatais, como a aposentadoria.

Pires (2012) relata que foi o Estado agiu acertadamente ao condicionar o ganho do benefício a ser requisitos, que são: frequência escolar, acompanhamento nutricional e de saúde dos filhos, realização de exames pré-natais para as gestantes. Para o autor, esses aspectos influenciam sobremaneira nas decisões sobre como gastar o dinheiro. Portanto, na cidade de Campinas/SP, no período estudado, é de se reconhecer que os usuários do PBF sabem que o dinheiro é um complemento e tentam utilizá-lo de forma adequada, mesmo não sabendo o que significado formal do termo “orçamento familiar”.

Gráfico 6 – Como os respondentes acompanham os gastos familiares?



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

O Gráfico 5 demonstra que 70% dos respondentes utiliza um caderno de anotações para acompanhar os gastos da família, ao passo que 30% não utiliza nenhum método.

Campara e Vieira (2016) realizaram uma pesquisa no Rio Grande do Sul, no ano de 2014, deu conta de que a maioria das famílias são chefiadas por mulheres, principalmente quando se trata da destinação do PBF. Dos entrevistados, 37,1% narraram que realizam anotações à mão para manter o controle sobre os gastos. Os autores sugerem que essa é uma característica feminina, que se mostram mais prudentes e sensatas com o planejamento familiar, o que o ocasiona uma gestão mais organizada dos recebimentos da família. Em que pese isso, os valores auferidos não são suficientes para terminar o mês e as famílias acabam recorrendo a empréstimos com amigos, parentes ou acabam comprando via crediário nos supermercados, drogarias e lojas.

Carloto (2012) narra que mesmo com a renda do benefício do PBF, as famílias ainda não conseguiram manter um equilíbrio e solidez financeira, pois as necessidades diárias, como alimentação, saúde, educação e habitação, consomem todos os seus rendimentos. Esse resultado é curioso, pois mesmo diante das adversidades da vida, essas famílias conseguem ter uma compreensão positiva sobre gestão financeira. A autora sugere que o benefício traz uma perspectiva de melhor condição de vida para essas pessoas, se comparar com a situação anterior. Com o PBF elas se sentem mais satisfeitas, pois conseguem pelo menos suprir as necessidades básicas.

Feito isso, este pesquisador iniciou as perguntas abertas. Inicialmente, foi perguntado aos respondentes, quanto tempo eles recebiam o benefício e se houve mudança na realidade financeira. Eles responderam o seguinte:

*6 meses! Ajudou na melhoria dos estudos.  
(sic, entrevistado 1)*

*10 anos! Nos complementos dos gastos.  
(sic, entrevistado 2)*

*Sim! Nos estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 3)*

*4 anos! ajuda na renda da família.  
(sic, entrevistado 4)*

*10 anos! Ajuda nos estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 5)*

*8 anos! ajuda na renda do mês.  
(sic, entrevistado 6)*

*12 anos! Praticamente em nada.  
(sic, entrevistado 7)*

*Sim! Uso tudo na educação dos filhos  
(sic, entrevistado 8)*

*11anos! não mudou  
(sic, entrevistado 9)*

*8 anos! Na educação dos filhos  
(sic, entrevistado 10)*

Note-se que a maioria dos respondentes afirmaram que o benefício mudou a realidade financeira da família, em especial com relação ao estudo dos filhos. Apenas dois entrevistados disseram que não houve nenhuma mudança.

Em sua pesquisa, Pires (2012) constatou que para a maioria dos respondentes, o uso correto dos valores decorrentes do PBF era em prol dos filhos. Como em geral quem administra esses valores são as mulheres, elas compram para os filhos: roupas, alimentos e material escolar. Em se tratando de alimentação, em geral, os produtos adquiridos são aqueles que não estão incluídos nos valores destinados às despesas do mês, como doces, refrigerantes e bolachas. As mães compram para agradar os filhos.

Na mesma linha estão os estudos de Campara e Vieira (2016). Eles averiguaram que os valores recebidos com o PBF, primeiramente são destinados à alimentação, sendo que 40,1% dos entrevistados apontaram a comida como primordial. Em segundo lugar estão as despesas básicas como água, luz e aluguel (16,1%). Depois, vem o pagamento de produtos adquiridos em prestações (14,4%) e compra de material escolar (11,3%).

Os autores Sampaio e Sousa (2014) também confirmaram esses dados, ou seja, que existe uma diferença expressiva entre gastos com alimentação, se comparados aos com material escolar e compra de eletrodomésticos. Marlene Libardoni (2008, p. 3) justifica essas atitudes, da seguinte forma:

na realidade, as beneficiárias usam o dinheiro recebido para cuidar da casa e, principalmente, das crianças porque sempre o fizeram e não

porque o Programa o estabelece. A outra se refere a que a urgência de aliviar a fome, de aqui e de agora, pouco lugar pode conceder a outras considerações. Dito de outro modo, a mudança do papel tradicional atribuído às mulheres não tem sido pensada, ou mesmo pensada como algo dispensável perante a imperiosa necessidade de reproduzir a vida através da mobilização desse papel (LIBARDONE, 2008, p. 3).

Para a autora, o programa representa uma grande ajuda para comprar bens essenciais à sobrevivência, e por conseguinte, para melhor cumprir o papel de cuidar dos filhos, principalmente porque se trata de um dinheiro “certo”.

Na sequência, foi lançado o seguinte questionamento: “O benefício Bolsa Família trouxe mais qualidade de vida para sua família, como melhor alimentação, ajuda na educação dos filhos?”.

*Sim! Qualidade dos estudos.  
(sic, entrevistado 1).*

*Em alimentação.  
(sic, entrevistado 2).*

*Sim! Na melhoria dos estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 3).*

*Sim, na complementação da renda.  
(sic, entrevistado 4).*

*Sim! nos estudos.  
(sic, entrevistado 5).*

*Sim! na qualidade da alimentação.  
(sic, entrevistado 6).*

*Muito pouco.  
(sic, entrevistado 7).*

*Sim! Nos estudos.  
(sic, entrevistado 8).*

*Sim! Melhorou na alimentação.  
(sic, entrevistado 9).*

*Sim, gastos com os estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 10).*

Observe-se que mais uma vez as respostas dos respondentes se dividiram em melhoria dos investimentos em estudos e alimentação. Apenas 1 dos respondentes disse que mudou “muito pouco”.

Um estudo realizado por Silva e Pires (2015), realizado em Campinas/SP, nos anos de 1998 a 2005, a respeito da relação da condicionalidade do recebimento da bolsa família com a frequência escolar, demonstrou que existe impacto entre o recebimento do bolsa família com o aumento de taxas de matrículas em 5,5% da 1ª a 4ª série e cerca de 6,5% da 5ª a 8ª série. Os autores também constataram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5% no caso de crianças da 1ª à 4ª série e cerca de 0,4% para crianças da 5ª à 8ª série. Segundo os autores, ficou caracterizado no estudo que o programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9% para crianças da 1ª à 4ª série e 0,3% para crianças da 5ª à 8ª série.

Silva e Pires (2015, p. 19) depois de entrevistar as mães responsáveis pelo recebimento do bolsa família, relatam que: “As perspectivas que as entrevistadas possuem sobre a educação de seus filhos é de que eles devem frequentar a escola para ‘ser alguém na vida’, admitindo que estar na escola é um direito e que seus filhos devem valorizá-lo.”.

No entanto, os autores perceberam também que para as entrevistadas, é responsabilidade dos filhos romper a barreira da pobreza através da educação, pois mesmo sabendo que a educação é dever do Estado, elas entendem que a educação pública está defasada e sua finalidade não está na qualidade, por isso é dever dos filhos estudar e sair da pobreza.

Em seguida, o pesquisador fez a seguinte pergunta: “Você faz planos mensais com os valores que recebe a título de Bolsa Família?”.

*Planos para os estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 1).*

*Em gastos mensais.  
(sic, entrevistado 2).*

*Sim! Para os estudos.  
(sic, entrevistado 3).*

*Sim, na complementação de renda.  
(sic, entrevistado 4).*

*Sim! Com os estudos.  
(sic, entrevistado 5).*

*Não! Só pra pagar contas.  
(sic, entrevistado 6).*

*Não.  
(sic, entrevistado 7)*

*Sim, uso tudo na educação dos filhos  
(sic, entrevistado 8).*

*Não.  
(sic, entrevistado 9)*

*sim! gasto com os estudos dos filhos.  
(sic, entrevistado 10).*

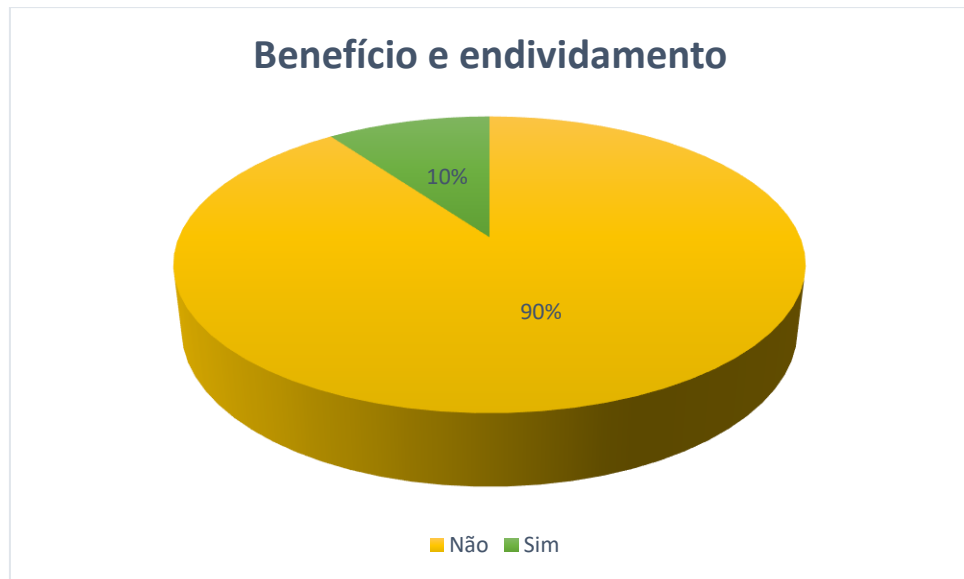
Diante das respostas apresentadas, infere-se que a metade dos entrevistados respondentes disse que os valores recebidos servem para ajudar na educação dos filhos. A outra metade se dividiu entre os que usam o dinheiro para os gastos mensais e um respondente que disse que não faz nenhum plano.

Em seus estudos sobre benefício família e frequência escolar, Silva e Pires (2015) constataram que os beneficiários têm ciência sobre a situação da educação gratuita. No entanto, relatam que não possuem condições financeiras para proporcionar um estudo particular aos filhos, pois sabem que o ensino particular é melhor que o público.

Muito embora isso, os autores concluíram ao final da pesquisa, que os entrevistados manteriam os filhos estudando, mesmo sem receber o benefício. Os entrevistados têm ciência de que é necessário frequentar a escola, para conseguir enfrentar a pobreza. Existe uma clareza muito grande no sentido de que o enfrentamento da pobreza transcende outros fatores, como a diferença entre qualidade do ensino público e privado. Diante disso, demonstram certo desalento ao perceber que é impossível alcançar essa realidade, em virtude de suas situações financeiras.

E por fim, lançou-se o seguinte questionamento: “Esse valor recebido do PBF ajuda a sua família a complementar a renda, sem ficar no vermelho?”.

Gráfico 7 – Benefício e endividamento



Fonte: Dados de pesquisa (2019)

De acordo com o gráfico 7, 90% dos pesquisados responderam que se encontram endividados, em pese o recebimento do benefício mensalmente. 10% responderam que conseguem manter o orçamento em controle.

Campara e Vieira (2016) em sua pesquisa sobre bolsa família e endividamento, constataram que 39,4% das pessoas entrevistadas, responderam que têm o nome incluído nos cadastros de restrição ao crédito. Já 25,6% já estiveram nessa situação e 35% nunca estiveram. Dentre os motivos, os respondentes relataram que emprestaram o nome a terceiro (46,9%), mas demonstraram ter ciência sobre o risco desse ato.

Tavares e Machado (2007) lecionam que uma boa gestão financeira está indissoluvelmente ligada a fatores comportamentais, como a atitude ao endividamento e a educação financeira. É por isso razões que pessoas de baixa renda são mais propensas ao endividamento. Os autores chamam atenção para o fato de que essas pessoas mais desfavorecidas precisam adquirir conhecimentos básicos de transações financeiras, para conseguirem ter atitudes compatíveis com o gerenciamento eficiente de suas rendas.



## 6 CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que a preferência de titularidade para recebimento de Bolsa Família é feminina. Um dos motivos é que a mulher consegue gerenciar melhor o dinheiro e o direciona em favor dos filhos, como um complemento de renda.

Muito embora todos os respondentes tenham sido unânimes em afirmar que não sabem o que significa um orçamento familiar, 70% disseram que realizam um planejamento através de anotações.

A maioria dos respondentes, que são pessoas que ocupam trabalhos informais e subempregos, afirmaram que usam o dinheiro do PBF para investir na educação dos filhos, pois acreditam que assim eles podem ter uma realidade diferente.

Outro traço marcante nas entrevistas, foi que o benefício se faz importante porque significa um “dinheiro certo” todo mês e assim é possível complementar a renda e melhorar a alimentação. É importante ressaltar que mesmo que o dinheiro recebido seja pouco, ele garante um mínimo de dignidade a essas pessoas, e eles percebem e relatam isso.

O primeiro objetivo do trabalho foi alcançado, ou seja, realizou-se um levantamento teórico acerca do PBF e sobre gestão financeira familiar.

O segundo objetivo também foi atingido: averiguou-se que as famílias não sabem o que significa um orçamento familiar, mas a maioria realiza de forma empírica, fazem anotações e contam com o dinheiro para ajuda na alimentação ou estudos dos filhos.

O terceiro objetivo também foi alcançado, pois demonstrou-se na discussão, que se as famílias realizassem um planejamento financeiro, o dinheiro do benefício daria, inclusive para fazer planos futuros.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Poliana Aparecida de. **Programa bolsa família sob o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo**. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325594/1/Arruda\\_PolianaAparecidaDe\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325594/1/Arruda_PolianaAparecidaDe_M.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013. 208 p

BRASIL. Lei nº 10836, de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Presidência da República**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, MI, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, **Desenvolvimento e Gestão**. **Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td\\_2331.PDF](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF), acesso em 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Manual de Gestão de Condicionais**. 1. Ed. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/renda\\_cidadania/biblioteca/Manual\\_Usuario\\_SICONPBF.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/renda_cidadania/biblioteca/Manual_Usuario_SICONPBF.pdf). Acesso em 13 de nov. 2019.

BENÍCIO, João Carlos. **Gestão financeira para organizações da sociedade civil**. 1. Ed. São Paulo: Global, 2000.

BITTENCOURT, John Herbert; NEVES, Luiz Alberto. **Orçamento familiar**. 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-John-Herbert-Bittencourt.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

CABRAL, Marcela Jardim et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 71-87, 2013.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 mai 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200006>.

CAMARGO, Camila Fracaro et al. **Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família**: o que o Cadastro Único Revela? 2013. Disponível em: <<https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager240.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 981-1006, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

63512016000300981&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/2892>.

CARLOTO, Cassia Maria. Condicionais nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 188, n. 2, p. 121-130, 2012.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre et al. Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 278-286, Dez. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022007000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022007000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Mai 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022007000300010>.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIRE, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro et al. Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em Dissertações e Teses no Brasil. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 990-1009, dez. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812013000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000300011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,

LIBARDONI, Marlene. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO**. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/446.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

LIMA, Flávia Emília Leite de et al. Programa Bolsa-Família: qualidade da dieta de população adulta do município de Curitiba, PR. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.58-67, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-790x2013000100006>.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAGALHÃES, Kelly Alves et al. A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.52-57, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2013.v22n1/57-72/pt>>. Acesso em: 18 maio 2019.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo, SP. Fundamento, 2004

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEZES, Francisco et al. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Determinantes da Gestão do Programa Bolsa Família: análise do índice de gestão descentralizada em Minas Gerais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.214-226, jan. 2009.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2008. 36 p.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, abr. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742012000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000100009>.

RIOS, Dênis Fernando Fraga et al. O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA EM UM CONTEXTO DE CIDADES RURAIS: O CASO DE BAMBUÍ - MG. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n. 2, p.150-170, dez. 2011.

ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Econ. soc.**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, Abr. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000100005&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 05 Abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000100005>.

SAMPAIO, Maria Aumeliana Pereira; SOUSA, Eliane Pinheiro de. EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE OS GASTOS DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS EM MAURITI, CEARÁ. **Gestão & Regionalidade**, [s.l.], v. 30, n. 90, p.18-31, 26 dez. 2014. USCS Universidade Municipal de São Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/gr.vol30n90.2214>.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do Planejamento Financeiro no Processo de Controle do Endividamento Familiar: Um Estudo de Caso nas Regiões Metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira/ba, v. 7, n. 1, p.5-17, jun. 2014.

SILVA, Angélica; PIRES, André. O Programa Bolsa Família: Percepções de Mães Beneficiárias Sobre Educação e a Possível Construção de Uma Vida Nova para seus Filhos. **Comunicações**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.7-25, 30 jun. 2015. Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista. <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121x/comunicacoes.v22n1p7-25>.

TAVARES, Ary Baddini; MACHADO, José Roberto. **Economia Familiar: Recomendações para a sua vida financeira não naufragar**. São Paulo: Universitária de Direito, 2007.

TAVARES, Priscilla Albuquerque et al. UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: FOCALIZAÇÃO E IMPACTO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.25-58, abr. 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5122/1/PPE\\_v39\\_n01\\_Avaliacao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5122/1/PPE_v39_n01_Avaliacao.pdf)> . Acesso em: 05 abr. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo. Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO 1

**FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO-FCJP**  
**CURSO: ADMINISTRAÇÃO- ADM**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. TCC**

### **Carta de Intenção**

O questionário tem como finalidade uma pesquisa acadêmica para conclusão do curso de Administração (TCC). A pesquisa irá investigar sobre a Gestão Financeira dos usuários do Programa Bolsa Família do Bairro Água Limpa da cidade de João Pinheiro em 2019. Solicito sua colaboração para responder o questionário que irá contribuir na coleta de dados da pesquisa e seu conhecimento sobre o Tema. Agradeço sua participação, os dados serão usados para finalidade científica e sua identidade será preservada.

### Perfil Social

1) Gênero

( ) Masculino

( ) Feminino

2) Idade

( ) 20 a 30 anos

( ) 31 a 40 anos

( ) 41 a 50 anos

( ) 51 a 60 anos

3) Nível de Escolaridade:

( ) 2º Grau Completo.

( ) 2º Grau com magistério.

( ) Ensino superior incompleto.

( ) Ensino superior completo.

( ) Especialização incompleta.

( ) Especialização completa.

( ) Mestrado incompleto

( ) Mestrado completo

- ( ) Doutorado incompleto
  - ( ) Doutorado completo
  - ( ) Pós-Doutorado
- 4) Renda Familiar
- ( ) Até 1 salário mínimo
  - ( ) 2 a 3 salários mínimos
  - ( ) 3 a 5 salários mínimos
  - ( ) acima de 5 salários mínimos
- 5) Você sabe o que significa orçamento Financeiro?
- ( ) Sim ( ) Não
- 6) Quais os itens básicos que devem constar numa planilha de orçamento familiar?
- ( ) Todas as Receitas e todas as despesas
  - ( ) Receitas e despesas fixas
  - ( ) Receitas e dívidas
  - ( ) Dívidas e despesas fixas
  - ( ) Somente receitas
  - ( ) Nenhuma das alternativas
- 7) Você realiza o acompanhamento dos seus gastos mensais?
- ( ) Não realizo.
  - ( ) Caderno de anotações
  - ( ) Planilha eletrônica.
  - ( ) Extrato bancário
  - ( ) Fatura cartão de crédito
  - ( ) Comprovante cartão de débito.
  - ( ) Outros.
- 8) Há quanto tempo o (a) senhor (a) é usuário (a) do Programa Bolsa Família? O que o benefício mudou na sua realidade financeira?

- 9) O benefício “Bolsa Família” trouxe mais qualidade de vida para sua família, como melhor alimentação, ajuda na educação dos filhos?
- 10) Você faz planos mensais com os valores que recebe a título de Bolsa Família?
- 11) Esse valor recebido do PBF ajuda a sua família a complementar a renda, sem ficar no vermelho?



## ANEXO 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) GESTÃO FINANCEIRA: A contribuição da bolsa família no orçamento de algumas famílias no bairro Água Limpa JP em 2019, desenvolvida(o) por Márcio de Lima Louzada. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Unilson Gomes Soares, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail unilsongomessoares@yahoo.com.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é demonstrar se os usuários do Programa Bolsa Família do Bairro Água Limpa sabem a importância de se realizar um orçamento familiar. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização] O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

João Pinheiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_.